

(CO)CONSTRUINDO SENTIDOS: O GRUPO COMO DISPOSITIVO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

(CO)CONSTRUYENDO SENTIDOS:
EL GRUPO COMO DISPOSITIVO DE ENFRENTAMIENTO A LA
VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA LAS MUJERES

(CO)CONSTRUCTING MEANINGS:
THE GROUP AS A DEVICE FOR FACING DOMESTIC VIOLENCE
AGAINST WOMEN

Aline Daniele Hoepers¹ e Eduardo Augusto Tomanik¹

¹ Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar alguns dos efeitos produzidos em vivências, representações, afetos e relações de mulheres em situação de violência doméstica, a partir da participação em um grupo de acompanhamento. Primeiramente, expomos discussões teóricas sobre violência doméstica contra mulheres, trabalhos em grupos e construção de sentidos. O processo de intervenção/participação incluiu pesquisa de campo de natureza qualitativa. As protagonistas foram 19 mulheres que frequentaram, no primeiro semestre de 2017, um grupo de acompanhamento destinado a mulheres em situação de violência doméstica em uma sede do interior da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Quanto a pressupostos teórico-metodológicos, pautamo-nos nas contribuições do movimento construcionista social. Por meio dos grupos focais, as mulheres narraram a construção de sentidos novos acerca de variados elementos que compõem suas existências. Nesse processo de mudanças, os trabalhos em grupos figuraram como instrumentais importantes de fortalecimento, resistência e criação de estratégias de enfrentamento à violência doméstica.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica; Mulheres; Trabalho em Grupo.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar algunos de los efectos producidos en vivencias, representaciones, afectos y relaciones de mujeres en situación de violencia doméstica, a partir de su participación en un grupo de seguimiento. En primer lugar, exponemos discusiones teóricas sobre violencia doméstica contra mujeres, trabajos en grupos y construcción de sentidos. El proceso de intervención/participación incluyó investigación de campo de naturaleza cualitativa. Las protagonistas fueron 19 mujeres que frecuentaban, en el primer semestre de 2017, un grupo de seguimiento destinado a mujeres en situación de violencia doméstica en una sede del interior de la Defensoría Pública del Estado de Paraná. En cuanto a presupuestos teórico-metodológicos, nos basamos en las contribuciones del movimiento construccionalista social. Por medio de los grupos focales, las mujeres narraron la construcción de nuevos sentidos sobre variados elementos que componen sus existencias. En ese proceso de cambios, los trabajos en grupos figuraron como instrumentos importantes de fortalecimiento, resistencia y creación de estrategias de enfrentamiento a la violencia doméstica.

PALABRAS CLAVE: Violencia Doméstica; Mujeres; Trabajo en Grupo.

ABSTRACT: This article aimed to present some of the effects produced in experiences, representations, affections and relationships of women in situations of domestic violence, from their participation in a follow-up group. Firstly, we presented theoretical discussions about domestic violence against women, group work and the construction of meanings. The intervention/participation process included qualitative field research. The protagonists were 19 women who attended, in the first half of 2017, a follow-up group for women in situation of domestic violence in a seat inside the Public Defender's Office of the State of Paraná. As for theoretical-methodological assumptions, we were guided by the contributions of the social constructionist movement. Through the focus groups, they have narrated the construction of new meanings for the varied elements that make up their existences. In this process of change, the group work has been instrumental in strengthening, resiliency and the creation of coping strategies for domestic violence.

KEYWORDS: Domestic violence; Women; Group work.



Introdução

O noticiário do meio dia anuncia: “mulher é esfaqueada e morta pelo ex-marido”. Não muito distante, um samba entoia: “se essa mulher fosse minha, eu tirava do samba já, já... dava uma surra nela que ela gritava, chega! Chega! Oh, meu amor”. Na residência ao lado, o marido indaga a esposa: “você vai ao supermercado com este pedaço de roupa?”. Numa roda de bar, ao ser caçoado por ter ido sem a companheira, o homem responde: “aqui não é lugar para uma mulher de respeito”. Logo ali, sobre a garota abusada sexualmente, são propagadas afirmações do tipo: “claro, ela deu mole!”. Nada distante no tempo, o Mapa da Violência de 2015 revela: o nosso país “ocupa uma pouco recomendável 5ª posição” mundial de taxa de homicídio de mulheres.

Esses fragmentos discursivos nos atravessam cotidianamente, por vezes sutilmente e, frequentemente, envolvendo faces escancaradas e amedrontas. A violência contra as mulheres se presentifica em nossa vida direta ou indiretamente. Quando ela se localiza particularmente nas relações familiares ou afetivas, passa a ser nominada violência doméstica. Para que se estabeleça como tal, é indispensável que haja vinculação entre pessoas, dentre as quais uma delas é mulher, a qual sofre tal violação justamente por ser mulher. A marca do gênero, ou melhor, das desigualdades entre os gêneros, faz-se presente.

Relações humanas que envolvem vínculos afetivos e familiares podem, pois, ser tecidas com atributos de violências. Por outro lado, por meio destes mesmos instrumentos, as relações humanas, podemos (co)construir estratégias de enfrentamento frente a expressões violentas presentes nos relacionamentos abusivos.

Neste artigo, tecemos discussões e reflexões que visam permitir que olhemos para as relações humanas em seu potencial construtivo. As mulheres em situação de violência doméstica podem desenvolver outras formas de interação interpessoal, diversas daquelas permeadas por violências. Os grupos reflexivos são um destes dispositivos que podem contribuir para a criação de novos modos de relacionamentos, a partir dos quais sentidos novos poderão ser construídos sobre os mais diversos aspectos que compõem suas vidas.

Nosso objetivo aqui é apresentar os efeitos produzidos nas vivências, nas representações, nos afetos e nas relações de mulheres em situação de violência doméstica, através de sua participação em um acompanhamento grupal voltado a elas.

A violência doméstica contra mulheres

A violência é tão antiga quanto a história da humanidade. Trata-se de um fenômeno histórico-social intercruzado com a própria história das sociedades. Ela se constrói e se expressa nos mais diversos espaços sociais. Odalia (2012) propõe que, se lançarmos um olhar para nosso passado, veremos que ela sempre esteve presente nas sociedades, ainda que tenha admitido nuanças particulares em cada contexto e em cada momento histórico.

A violência doméstica contra mulheres, particularmente, pressupõe a existência de relações familiares e/ou afetivas entre pessoas. Os relacionamentos vão se delineando a partir de uma dinâmica relacional abusiva, nos quais prevalece a desigualdade de poder.

Por vezes, os autores de violências contra mulheres são, também, mulheres. Porém, em virtude de os casos de violência doméstica contra as mulheres, comumente, partirem de

homens (companheiros ou ex-companheiros) contra elas – como expressivamente revelam os fatos cotidianos, as estatísticas, os estudos –, daremos enfoque aqui às relações abusivas entre homens e mulheres, marcadas pela desigualdade de poder histórica entre os gêneros. Por isso, utilizaremos o termo “autores” da violência flexionado apenas no masculino.

A construção social dos modos de ser homem e ser mulher se fundamenta em parâmetros normativos e em uma base dicotômica. Ao ser aceita e disseminada, esta base contribui para que os arranjos de poder distribuídos desigualmente entre os gêneros sejam percebidos como sendo naturais. Butler (2003) explica que percebemos e organizamos a vida de maneira generificada. É como se sentíssemos necessidade o tempo todo de classificar as pessoas e todos os elementos que se referem a elas em femininos e masculinos.

Na família, os atravessamentos deste campo social mais vasto geram efeitos permanentemente. A violência doméstica contra as mulheres, conforme Morgado (2011), apesar de se desenvolver neste campo relacional específico, não se limita a ele, relaciona-se com o contexto social, envolve a dinâmica sociocultural sobre ser homem e ser mulher.

Costumeiramente, as informações propagadas em noticiários e as ideias que circulam socialmente sobre a violência doméstica a caracterizam apenas como violência física. Porém, na verdade, ela se configura em múltiplas faces. A Lei n.11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, instrumento legal que versa sobre a proteção e defesa das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelece a tipificação desse fenômeno em: violência física, psicológica ou emocional, moral, patrimonial e sexual. Os dados cotidianos mostram que essas facetas não ocorrem de modo individualizado, geralmente se configuram e se apresentam combinadas.

Segundo Morgado (2011), “as relações de violência comportam, ao mesmo tempo, momentos de violência, sedução, afeto, presentes, arrependimentos, dentre outros” (p. 260). A violência não se configura o tempo todo em primeiro plano, pelo contrário, ela se entrelaça com circunstâncias de reconciliação. Notamos que esses momentos de melhora contribuem para que muitas mulheres acreditem que a violência cessou e, esperançosas, deem uma nova chance aos companheiros e aos seus relacionamentos. Infelizmente, é comum que, após um contexto de apaziguação, novas expressões violentas voltem a ocorrer.

Essa característica da violência doméstica contribui para que ela adquira uma face sutil, na medida em que se capilariza e enraiza na vida cotidiana destas mulheres como algo natural ou que um dia “vai passar”. Essa marca de sutileza é, factualmente, uma nuance da violência de forma geral, tal como propõe Chauí (1998), ao dizer que a violência nem sempre é identificada, nos âmbitos em que surge e se constrói, como propriamente um ato violento.

Os impactos da violência atingem as mulheres das mais diversas formas: física, social, material, emocional, sexual etc. Daremos ênfase, aqui, aos aspectos psicossociais. No que concerne aos elementos psicológicos, há que se destacar os efeitos causados na percepção que as mulheres têm de si mesmas. Morgado (2011) argumenta que “percebe-se que, rotineiramente, no transcorrer dos anos, um dos sentimentos mais dilapidados ao longo da vida destas mulheres foi ‘sua autoestima’” (p. 263, grifo nosso).

Em relação às consequências de ordem social, um dos elementos mais expressivos se refere ao isolamento. Fonseca e Lucas (2006) explicam que restringir os contatos da mulher com outras pessoas é uma forma de o autor das violências exercer controle sobre ela, mantendo-a dependente e submissa a ele. Destaca, ainda, que “nesta prática, o homem

busca, através de ações que enfraqueçam sua rede de apoio, afastar a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com familiares e amigos, trabalhar ou estudar” (p. 9). Efeitos como estes nem sempre são identificados como resultados de uma conduta violenta.

Apesar dos avanços legais e sociais quanto ao tema, o fenômeno, atualmente, ainda se dimensiona em ampla proporção. Cordeiro (2014) pontua que, apenas a partir de 1970, a elaboração de políticas públicas passou a fazer parte dos debates feministas no Brasil. Para Barin (2016), em nosso país, a problemática ganha relevo, haja vista que possuímos elevada incidência de violências contra mulheres, mesmo diante dos avanços históricos. Essa autora nos convida a pensar sobre a urgência da construção de novas medidas de enfrentamento, considerando que “a atuação estatal exclusivamente punitiva não se tem revelado o meio mais adequado à solução do fenômeno” (p. 23). Não basta, portanto, criminalizar o fenômeno, o campo de intervenção precisa se abrir para ações também preventivas.

A potência dos trabalhos em grupos

Nós, seres humanos, somos constituídos nas e pelas relações que estabelecemos. Somos seres sociais e estamos inseridos cotidianamente em variados grupos. Zimerman (1997) discorre que “o ser humano é gregário e somente existe... em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, o indivíduo participa de diferentes grupos” (p. 26).

Além dos grupos aos quais nos afiliamos em nosso dia a dia, como aqueles compostos no trabalho, na família, no lazer, nos estudos, etc., existem outros, construídos com finalidades específicas, em geral, coordenados por um/a ou mais profissionais e que agregam pessoas em face de objetivos comuns. Existem vários tipos e variadas denominações para defini-los, dependendo da abordagem que fundamenta sua organização. Alguns exemplos são os terapêuticos, operativos, de apoio, reflexivos ou de orientação.

Fernandes (2002) explica que, na dinâmica grupal que vai se estabelecendo, os profissionais vão se aproximando de aspectos cotidianos dos/as participantes, os quais vão, pouco a pouco, sendo ultrapassados em sua imediaticidade. A integração e a comunicação vão configurando um campo de diálogo e de trocas interpessoais.

Na relação de reciprocidade que vai consolidando os grupos, acontece um fenômeno denominado de “ressonância”, este indica a troca de sentimentos entre as pessoas, o compartilhar emoções comuns. Isto acontece quando a fala de um rebate nos outros e os demais vão interagindo a partir daquele significado exposto por alguém. (Fernandes, 2002, p. 46)

Nestes grupos, conteúdos pessoais vão sendo compartilhados. Identificações e vinculações vão se estabelecendo nos movimentos do diálogo grupal.

Pedrosa e Brigagão (2014) sinalizam que, numa perspectiva construcionista social, as práticas grupais são consideradas meios de refletir, questionar e desconstruir conteúdos disseminados socialmente de modo natural. Nos grupos, “o que antes era uma experiência individual de dor e humilhação passa, no compartilhamento social, a ser um exemplo de resistência” (p. 223).

Na mesma direção, Souza, Oliveira, Silva, Andrade e Martins (2014) afirmam que o discurso construcionista nos convida a perceber os grupos como espaços construídos pelas próprias pessoas que a eles se associam. As práticas ali desenvolvidas não devem ser estabelecidas anteriormente pelo profissional que as norteiam. Os assuntos e a própria estrutura do grupo podem ser delineados a partir do encontro das demandas de todos/as os/as envolvidos/as, sejam eles/as profissionais ou participantes.

Pedrosa e Brigagão (2014) trazem alguns exemplos de grupos de discussão com mulheres: de artesanato, de geração de renda, de direitos sexuais, etc. Sobre tais iniciativas, assinalam a possibilidade de construção de novos sentidos a partir das trocas ali produzidas: “à medida que interagem, falam, ouvem, dançam e trabalham juntas, vão inventando novas formas de viver e de se posicionarem no mundo. Ou seja, nas relações interpessoais com outras mulheres vão conhecendo e construindo novas possibilidades de ação” (p. 221).

As autoras argumentam que, à medida que socializam suas experiências no espaço grupal, as mulheres ampliam as possibilidades de construir e de acionar estratégias de posicionamento e de intervenção na realidade diferentes das habitualmente utilizadas. “Assim, no contexto dos grupos, ao problematizarmos noções que muitas vezes são tidas como naturais e inquestionáveis, algumas transformações vão ocorrendo e ampliam-se as possibilidades de as mulheres assumirem novas posições no cotidiano” (Pedrosa & Brigagão, 2014, p. 229).

Os encontros, as trocas, as vinculações, as afetações ali produzidas vão gerando deslocamentos de sentidos, reflexões, outros posicionamentos. Os efeitos dos grupos não se restringem ao limite espaço-temporal de seus encontros, podem ir além, permitindo transformações na vida que se faz em outros espaços aos quais estas pessoas pertencem.

A construção de novos sentidos

Partindo do olhar construcionista social, tudo aquilo que as pessoas fazem, falam, expressam e sentem compõe o campo dos sentidos. Eles se constroem e fluem permanentemente nas dinâmicas sociais que desenvolvemos. Spink (2010) explica que “produzimos sentidos o tempo todo” (p. 35) e são eles que nos dão subsídios para interagir com as situações cotidianas que vivenciamos. Destaca também que

o sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (Spink, 2010, p. 34)

Para existir sentidos deve haver relações. A autora sinaliza, inclusive, que não há como produzir sentidos isoladamente; as interações humanas sempre estão presentes.

No campo da linguagem, Spink (2010) ressalta que aquilo que é colocado em discurso só adquire sentido no contexto do enunciado, o qual, na teorização de Bakhtin, envolve os elementos que integram a comunicação entre as pessoas. “Só entendemos o sentido na medida em que incorporamos na análise esse contexto mais amplo de perguntas, respostas e intervenções” (p. 29). Compreendemos que os encontros entre os sujeitos e as práticas discursivas ali criadas precisam ser localizadas, contextualizadas, para que possamos entender os sentidos produzidos.

Menegon (2013) discorre sobre o potencial criativo das interações sociais no processo de produção de sentidos. Cita, particularmente, as conversas cotidianas, e argumenta que “conversar é uma das maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações que estabelecem no cotidiano” (p. 188). As comunicações informais, presentes em diversos cenários em que se estabelecem as relações interpessoais, contribuem tanto para a circulação e manutenção de sentidos existentes quanto para a criação de novos.

Para além da dimensão cotidiana, Spink e Medrado (2013) abordam a possibilidade de que eles sejam produzidos também nos campos de pesquisas sociais:

Usualmente, é pela ruptura com o habitual que se torna possível dar visibilidade aos sentidos. É essa, precisamente, uma das estratégias centrais da pesquisa social. Por exemplo, numa entrevista, as perguntas tendem a focalizar um ou mais temas que, para os entrevistados, talvez nunca tenham sido alvo de reflexões, podendo gerar práticas discursivas diversas, não diretamente associadas ao tema originalmente proposto. Estamos, a todo momento, em nossas pesquisas, convidando os participantes à produção de sentido. (Spink & Medrado, 2013, pp. 25-26)

Os processos de investigação, nesta perspectiva, são espaços potenciais de produção de sentidos. Sejam quais forem as técnicas eleitas para colocá-los em prática (entrevistas, grupos, dinâmicas grupais, observação participante, etc.), guardam um potencial construtivo, possível a partir dos encontros e trocas criados e dinamizados entre pessoas.

Método

Nossa intenção com a organização do grupo sobre o qual construímos este relato foi a de abrir possibilidades de transformação de vivências, sentimentos, representações e relações destas mulheres, a partir do apoio dos encontros reflexivos, enquanto dispositivos criativos de fortalecimento, posicionamento, resistência e existência. Buscamos olhar para as relações humanas, permitidas nos grupos, como instrumentos importantes de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Pedrosa e Brigagão (2014), ao falarem de práticas grupais de orientação com elas, salientam que “em grupo, problematizar e traduzir os dilemas vivenciados pelas mulheres em uma sociedade desigual possibilita compartilhar e desconstruir as múltiplas dimensões que as relações de gênero assumem no cotidiano” (p. 228). Esse argumento resume a direção na qual buscamos caminhar, produzindo reflexões sobre possíveis efeitos de um trabalho grupal na vida das participantes.

Aproveitando a existência e os encontros do grupo, desenvolvemos, no primeiro semestre de 2017, pesquisa de campo de natureza qualitativa, enquanto processo de investigação para o mestrado. Ela se desenhou como um processo de investigação dialógico, construído por múltiplas mãos e vozes. Não visamos nos debruçar ante o objeto de estudo como algo disponível ao nosso olhar, passível de análise ou caracterização. Nosso desejo foi o de criar um espaço de construção de novos sentidos pelas e com as mulheres em situação de violência doméstica. Nesse percurso, elas assumiram papéis de coautoria ativa, também enquanto protagonistas da pesquisa.

Para o movimento construcionista social, que nos norteou enquanto embasamento teórico-metodológico, as relações entre as pessoas possuem uma potência transformadora (Camargo-Borges, 2014). Compreendemos que nas e por meio das relações, podemos criar outras formas de sentir, de se relacionar, de existir. Spink e Spink (2014) ressaltam, inclusive, que “numa postura dialógica, sentidos são coconstruídos” (p. 143).

Nessa direção, o processo de produção de conhecimento, de maneira diversa da perspectiva tradicional, torna-se possível nas e pelas interações humanas de modo colaborativo. Guanaes-Lorenzi (2006) pontua que, no processo de investigação fundamentado no construcionismo, busca-se compreender como as pessoas atuam no mundo, a partir dos sentidos que atravessam suas relações, bem como quais são as possibilidades de existência que esses sentidos constroem ou silenciam.

O cenário de nossa investigação foi um Grupo de orientação, apoio e acompanhamento que ocorria, desde 2015, em uma Defensoria Pública no interior do Paraná. Nesse espaço, as mulheres eram acompanhadas por uma equipe interdisciplinar, através de encontros grupais de frequência quinzenal. Neles, eram discutidos assuntos relacionados de forma direta ou indireta ao fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. As profissionais de referência do serviço eram das áreas de Psicologia e Serviço Social. Em alguns encontros, ocorria a participação de outros/as profissionais da área do Direito da própria instituição ou convidados/as externos/as de outros órgãos ou setores, como Enfermagem, Segurança Pública, Música, Teatro, Educação Física etc. Este espaço grupal se configurava de modo aberto para receber novas integrantes em qualquer momento do ano, por meio de diversos canais (formais ou informais), como encaminhamentos da rede de serviços, procura espontânea pelas próprias mulheres, convite de alguma colega etc.

A Defensoria Pública compõe o Sistema de Justiça e tem como finalidade, de acordo com a Emenda Constitucional nº 80/2014, a prestação da “orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados” (Constituição da República, 1988, Art. 134). Apesar de prevista na Constituição Federal de 1988, no Estado do Paraná, ela teve seu advento e progressiva implantação a partir de 2011. Além dos profissionais da área do Direito, o quadro profissional também integra psicólogas/os e assistentes sociais. Esse encontro interdisciplinar tem permitido atuações que extrapolam o campo da judicialização das situações e possibilitado a criação de ações e projetos, como é o caso do Grupo, construídos em conjunto com as mais diversas populações com direitos violados.

As protagonistas da pesquisa foram as 19 participantes do Grupo, naquele período. A investigação se fundamentou no consentimento livre e esclarecido delas, conforme as diretrizes vigentes relacionadas à pesquisa com seres humanos. Para colocá-la em prática, utilizamos dois encontros de grupos focais, por meio dos quais discutimos com elas assuntos relacionados às suas vivências em relacionamentos violentos.

Um dos núcleos temáticos emergentes abrangeu os efeitos do Grupo na vida das mulheres, e é o foco deste artigo. A construção desse núcleo foi possível a partir do encontro dos elementos narrados pelas participantes nos grupos focais com as nossas inquietações sobre o assunto. Os aspectos que o compuseram foram organizados em alguns eixos de análise, que serão apresentados a seguir.

Por se tratar de uma pesquisa com enfoque nos sentidos, procuramos trabalhar com a espontaneidade de seu surgimento, sem nos preocuparmos em encapsulá-los em categorias preestabelecidas. A profusão e profundidade dos sentidos já criados no e pelo Grupo, evidentemente, não poderiam ser alcançadas pela técnica empregada no processo de investigação. Contudo, a partir das narrativas das mulheres, tivemos a oportunidade de contemplar alguns destes efeitos, alguns sentidos (co)construídos no campo relacional.

Resultados e discussões

A partir da inserção e participação no Grupo, as mulheres indicaram a criação de sentidos acerca de variados elementos que compõem sua existência marcada por violência doméstica. Falaram sobre como percebem e são afetadas por aquele acompanhamento grupal, como também narraram (re)significações sobre as próprias situações de violência doméstica, seus relacionamentos permeados por ela, si mesmas e a Defensoria Pública.

Inseridas em matrizes relacionais nas quais não se sentem agentes de sua própria história, as mulheres demonstraram que passar a pertencer ao Grupo foi fator importante para resistirem, enfrentarem, posicionaram-se e construírem modos alternativos de (sobre)viver, como veremos a seguir.

O grupo para além do Grupo

Quando o Grupo surgiu, no ano de 2015, tinha como proposta ofertar às mulheres que já passaram ou estão passando por situações de violência doméstica um acompanhamento grupal com enfoque na orientação, visando o fortalecimento delas e a superação das violências vividas. Uma das mulheres bem enfatiza esta função do Grupo, ao dizer: “foi através daqui que eu tive informações e orientações e também força e coragem com o auxílio da equipe. Aqui eu tive coragem do tomar um primeiro passo, me posicionar”.

Pouco a pouco, ele foi se configurando também como um espaço coletivo de referência para elas. Algumas mulheres sinalizaram, durante o processo de investigação, as ressonâncias construídas no âmbito grupal, que permitiram que o Grupo fosse se (re)dimensionando também como espaço de pertencimento. Uma participante discorreu: “ouvindo as experiências, o sofrimento de cada uma, a vitória de cada uma, eu consegui passar a sair de casa e, olha, eu penso: ‘eu tô indo pro meu Grupo, lá eu vou ter força’”.

Histórias de vidas violadas (e silenciadas) são, agora, colocadas em discurso. Encontram espaço para serem contadas, percebidas de um outro jeito e posicionadas no encontro com outras histórias semelhantes. Através da escuta atenta das demais, elas percebem que não mais estão sozinhas, há outras tantas que viviam ou vivem em relações abusivas. Uma participante salientou que “cada uma aqui tem uma história, algumas coisas parecidas e outras diferentes, mas não deixa de ser um sofrimento, algo que nos marca”. Esse encontro, por si só, já indica algo de potencial, revela que os efeitos das violências vividas poderão ser compartilhados e novos sentidos poderão ser (co)construídos.

É comum que mulheres em situação de violência doméstica sintam solidão. Em nossa pesquisa, elas narraram que se sentem sozinhas, seja pelo abandono e/ou pelo desprezo vividos nos relacionamentos conjugais, seja em decorrência do afastamento de amigos e

familiares. Em contraposição, passar a experienciar trocas relacionais não violentas no Grupo constituiu uma possibilidade de se sentirem pertencentes a algo. Vejamos algumas narrativas: “Eu vejo que não é só eu que passo por essa situação, então eu me sinto melhor por participar do Grupo”; “Eu notei que você sozinha, naquela situação, fechada, você não consegue pensar direito, sabe?”; “A gente vê que aqui o espaço é pra nós, aqui a gente tem apoio”. A partir das vivências grupais, aquilo que antes representava uma experiência pessoal, pode passar a se configurar como um fenômeno de resistência coletiva, conforme sinalizaram Pedrosa e Brigagão (2014).

A escuta das demais, as interações e trocas afetivas ali produzidas, as identificações criadas quanto ao sofrimento e/ou à luta das outras geraram impactos não apenas no processo de fortalecimento das mulheres e na construção de alternativas de enfrentamento às violências vividas, mas também permitiram que um outro fenômeno desabrochasse: o grupo para além do Grupo.

Uma das mulheres contou sobre as amigadas que construíram a partir da participação no Grupo: “As amigadas que a gente faz... teve momento que chorei, tem os momentos de dar risada. Assim... o Grupo pra mim é muito importante”. Algumas delas também apresentaram relatos que indicaram a construção de laços para além do limite espaço-temporal do Grupo, como: experiências cotidianas compartilhadas, situações de ajuda mútua, parcerias para se deslocarem de suas residências para os encontros do Grupo, encontros comemorativos de aniversários de algumas delas, atividades coletivas de lazer, etc. As trocas coletivas estendidas para além do Grupo também se colocam como espaços de construção de sentidos, tal como assinalou Menegon (2013), ao falar sobre o potencial criativo das relações cotidianas.

As mulheres em situação de violência doméstica, em geral, têm suas vidas caracterizadas pelo isolamento social. É muito comum que elas tenham se distanciado de amigas/os e até mesmo de seus familiares, como também abandonem o trabalho e/ou os estudos, em face do controle exercido por seus companheiros nestas dinâmicas relacionais abusivas. Frente a isso, a construção de novos laços de amigadas, a partir do Grupo, representa muito mais do que novas trocas relacionais, eoa enquanto possibilidade emergente de se relacionarem, de sentirem, de resgatarem ou construírem vínculos comunitários.

Relações e (re)significações

As mulheres, de uma forma geral, expuseram que, antes de serem inseridas no Grupo, percebiam que algo de errado havia em suas relações e que precisavam de apoio para romper com as violências que viviam. Contudo, ponderaram que foi a partir das orientações profissionais recebidas ali que entenderam com maior profundidade o que vinham passando, que a violência doméstica possui múltiplas formas de expressão, e que existem aportes legais e outras estratégias de enfrentamento do fenômeno das violências domésticas contra as mulheres. Construir sentidos novos sobre o próprio fenômeno da violência doméstica e, em consequência, sobre suas vivências, permitiu que iniciassem um movimento de resistência, de posicionamento, de enfrentamento frente a ele.

Uma delas declarou que nem mesmo sabia que havia um nome para descrever aquilo que vivia: “Quando eu cheguei nesse Grupo de violência doméstica, eu nem sabia o que era isso, e era o que eu mais tava passando dentro de casa. Tudo, tudo que eu passava era uma violência e eu não sabia”. Outras falaram que aprenderam sobre as múltiplas faces que

esse fenômeno pode admitir, para além da violência física, cuja expressão é mais facilmente identificável por elas e pela sociedade de uma forma geral. Notamos isso na seguinte fala: “Não é só uma violência física, é gesto, é atitudes”.

Uma compreensão mais aperfeiçoada quanto ao que experienciavam contribuiu para que, pouco a pouco, elas fossem se posicionando de modo diferente naquelas relações e, como consequência, tais relações também fossem se (re)configurando. Pedrosa e Brigagão (2014) haviam argumentado que nestes espaços grupais, a reflexão coletiva sobre aspectos antes tidos como naturais permite que ocorram transformações na maneira como as participantes se posicionam em suas vidas, em suas relações.

Algumas das participantes da pesquisa narraram mudanças possíveis, em suas relações ainda permeadas por violência doméstica, como forma de resistência e sobrevivência diante das situações experienciadas. Nesses casos, as mulheres descreveram situações nas quais passaram a se posicionar de modo diferente do anterior. Uma delas sinalizou que a partir das vivências no Grupo pôde “ter um pouco mais de atitude, não abaixar a cabeça muito como eu ficava, não fazer todas as vontades que queria e as minhas nunca ia saindo”. Outra contou: “Só que daí as rédeas são outras. Deixei bem claro que não ia mais aceitar agressões dele, os xingamentos dele, e se ele quisesse beber, que bebesse, mas que ficasse no canto dele, minha vida quem ia cuidar sou eu”.

Outras falaram de transformações relacionais caracterizadas por uma possível (re) construção de vínculos e pela emergência de trocas afetivas antes não vividas. A seguir, nas falas de algumas delas, notamos indicativos de que a violência doméstica pode estar em processo de superação: “Sabe que as coisas melhoraram entre nós? Agora ele me respeita. Nisso tudo, ele acha que eu mudei bastante, fala que eu tô diferente, e daí ele acabou mudando comigo. A gente mudando, o outro muda também, entendeu?”; “Antes, assim, eu não ouvia palavras de amor, hoje eu já ouço, eu não era cuidada. Eu vejo que agora não só eu me valorizo, mas ele também começou a me valorizar”.

De fato, as relações humanas têm o potencial de se reconfigurarem. Todavia, nos casos em que se faz presente a violência doméstica, temos que estar alertas, de acordo com Morgado (2011), ao fato de que estes momentos de melhora ou aparente interrupção das expressões de violência podem ser apenas traços de um contexto de reconciliação que, comumente, alternam-se com novas expressões de violência.

Ser mulher para além das marcas da(s) violência(s)

Costumeiramente, mulheres em situação de violência doméstica são representadas como vítimas. Muitos discursos construídos e propagados por instituições oficiais, canais midiáticos, estudos científicos e representações sociais pautam-se em concepções que as descrevem de modo estanque, enquanto apenas alvos unilaterais de violências de um outro. Marchi-Costa *et al.* (2013) enfatizam a importância do cuidado de não naturalizarmos uma visão dicotomizada que considera as mulheres apenas como as vítimas, que necessitam de cuidado, e dos homens como os agressores, a quem cabe a punição.

Essas tendências incorrem no risco de retirarem a dinamicidade de sua constituição subjetiva, de sua construção como sujeitos. Partimos da compreensão de que são, sim, vidas marcadas por sofrimentos e outros tantos efeitos das violências, mas também mulheres com histórias e componentes potenciais, que as redimensionam para além das fragilidades decorrentes das violações vividas.

As protagonistas da pesquisa, ao situarem-se nas relações permeadas por violências, falaram de si mesmas enquanto pessoas amedrontadas, culpadas, envergonhadas, solitárias, enclausuradas, impotentes. A partir das orientações e do apoio recebido no Grupo, como também através das trocas relacionais e afetivas ali produzidas, as mulheres passaram a falar de si a partir de outras perspectivas. Para narrarem este processo de (re)construção de si, caracterizaram-se como sujeitos ativos, potentes, fortes, confiantes: “Esse Grupo me ajudou a ter coragem, atitude pra pensar em mim, aqui eu aprendi como eu posso”; “Eu me sentia um lixo na época, agora não, eu acho que pra mim o lixo é ele. Eu sou outra pessoa, não preciso mais dele”; “Agora eu me sinto mais forte, entendeu? Eu sou mais eu, ninguém vem tirar uma casquinha”; “agora eu tô conseguindo assim... caminhar com meus próprios passos, está sendo uma experiência maravilhosa e eu quero continuar assim”; “posso me olhar no espelho e começar a me ver”. Notamos, pois, narrativas que indicam mudanças na autoestima, outros posicionamentos pessoais nas relações permeadas por violências, desenvolvimento ou resgate da autonomia e do protagonismo, etc.

Ainda que as participantes localizem a inserção e as experiências vivenciadas no Grupo como fatores imprescindíveis para este processo de transformações pessoais, acreditamos que os movimentos de fortalecimento individual e coletivo delas não se estabelecem de maneira linear e dicotomizada, passíveis de serem situados em um antes e um depois. Os momentos de fortalecimento podem se intercruciar com novas situações de violência ou até mesmo com a reedição de sentimentos acerca do que fora vivido, trazendo novamente em cena o medo, a vergonha, a solidão, a impotência, a culpa, etc.

Foi neste processo dinâmico e intercambiante que, mesmo com regressos, foram ocorrendo mudanças no modo de perceberem a si e aos outros, de se relacionarem, de sentirem, de pensarem, de agirem, de existirem. Pertencer a espaços relacionais diversos daqueles marcados por violências, nos quais passaram a ser ouvidas e valorizadas, desenhou-se como possibilidade de (re)(des)construção de suas existências como pessoas, como sujeitos, como mulheres, como protagonistas de suas próprias vidas.

A partir do pertencimento ao Grupo, algumas delas contaram que puderam resgatar do passado planos e sonhos que lá ficaram soterrados e dar outros sentidos a eles ou então construir novos projetos de vida. Exemplificaram falando do retorno aos estudos, da inserção num campo de atuação profissional que sempre fora desejado, etc.

Os nós e os laços das redes de apoio

As redes de apoio formais ou informais (as instituições que prestam atendimentos especializados, a família, a religião, a comunidade, etc.) figuraram nos conteúdos trazidos pelas mulheres, seja como elementos efetivamente de apoio, seja como fatores que, de modo diverso, contribuem com a manutenção das violências vividas.

As mulheres narraram que, na circunstância de sua inserção no Grupo, desenvolvido em uma Defensoria Pública, tinham uma concepção de que essa instituição atuaria junto às suas demandas por meio de medidas punitivas. Há uma concepção geral, que circula socialmente, de que os órgãos que compõem o Sistema de Justiça possuem um viés punitivo. Algumas delas pontuaram tal concepção: “eu achei que aqui ia ser um negócio que ia me dá bronca, ia fazê isso, ia fazê aquilo, ia acabar prendendo o agressor”; “a gente vem pensando que vai chegar aqui e só falta levar tiro né? ...mas quando a gente vem, quebra aquela coisa

da Justiça, a gente vê que aqui o espaço é pra nós.” A partir de sua participação no acompanhamento grupal, as mulheres foram desconstruindo essa forma de conceber a Defensoria Pública, passando a criar novos sentidos sobre ela.

As representações trazidas por elas sobre a justiça de uma forma geral, caracterizada pelo viés da punição, não são infundadas. Assistimos, ainda hoje, órgãos que compõem o sistema de justiça se constituírem e funcionarem pautados apenas em diretrizes que legitimam a punição como estratégia de ação frente às infrações das leis socialmente firmadas. Como parte deste sistema, a Defensoria Pública emerge com uma proposta distinta, como vimos. Ela se delinea, neste campo, como uma das poucas instituições que possui o potencial de ir além de uma atuação que vise à judicialização das situações. Neste cenário, coloca-se como ator social importante em ações extrajudiciais que fomentam o protagonismo dos sujeitos e a promoção dos direitos humanos.

Na atuação específica com as mulheres em situação de violência doméstica, ainda que boa parte das informações que ali circulam traga um viés de defesa de seus direitos, a proposta e as ações do Grupo demonstram ir além de uma perspectiva de ação unilateral e/ou adversarial, ainda tão presente no âmbito da Justiça. Em face disso, as representações atribuídas pelas mulheres à Defensoria Pública podem e devem admitir sentidos novos. Contudo, não seria apropriado que essas (re)significações fossem estendidas aos outros componentes do sistema, para que não se tornem ilusórias.

O destaque imprimido ao Grupo, e até mesmo ao apoio institucional de um modo geral, apareceu reiteradamente nas expressões das mulheres ao falarem do processo de superação das violências vividas. Elas pouco trouxeram conteúdos acerca de outras redes de apoio, como aquelas relacionadas à família, às amigas, à vizinhança, à comunidade, à religião, etc. Acreditamos que essas redes podem se desenvolver como dispositivos importantes no processo de enfrentamento à violência doméstica. Contudo, devem ser analisadas à luz das especificidades da vida de cada mulher e das relações estabelecidas no interior de cada uma dessas redes.

Ao invés de se apresentarem como mecanismos combativos à violência, em algumas expressões das mulheres, a família e a religião surgiram como aspectos comprometidos com a manutenção das dinâmicas relacionais permeadas por violência doméstica. Algumas delas mencionaram a dificuldade de romper com certos preceitos religiosos de família, enquanto um sistema indestrutível: “é uma questão de viver realmente a vergonha, porque ninguém casou pra ter um casamento desfeito”; “eu sou de uma família muito religiosa, eu sou evangélica, casei na igreja, realmente eu cumpria todas as leis de Deus, foi muito difícil porque muitas pessoas ficaram contra mim, meu pai ficou contra mim, é... eu fiquei sozinha”.

Outras situaram a ocorrência de conflitos de ordem geracional como aspectos elementares para o processo de perpetuação das violências vividas. Uma delas contou que presenciou, durante toda sua infância, o pai violentando a mãe. Na sequência, ao falar de seu casamento, trouxe uma concepção naturalizada diante de suas experiências, afinal, era o modelo que tinha em sua história: “Eu fui convivendo com aquilo e achando que eu tinha que aguentar até o final ou da minha vida ou da vida dele, porque minha mãe agüentou, né”.

Estas redes podem se desenhar como mecanismos potenciais no processo de superação das situações de violência vividas por inúmeras mulheres, como também podem se inscrever como auxiliares de sua naturalização, perpetuação e ampliação. Este panorama

nos faz pensar na importância de que sejam criadas e/ou ampliadas iniciativas de grupos reflexivos, como o que se colocou como cenário da pesquisa, bem como de que sejam potencializadas as redes de apoio locais, situadas nos territórios vivenciais.

Considerações finais

Ao trazer à cena a construção de novos sentidos por mulheres antes enclausuradas em lugares sombrios das relações abusivas, os vínculos humanos puderam figurar em seu potencial construtivo, criativo e colaborativo. Os posicionamentos das protagonistas revelaram os trabalhos em grupos enquanto dispositivos importantes na luta contra a violência doméstica vivida por elas. Também permitiu que localizássemos o nosso papel de profissionais como sendo não apenas o de estudar e intervir junto ao fenômeno, mas principalmente de auxiliá-las a criar e/ou a potencializar formas de convivências dialógicas.

Esta vertente dialógica – que poderíamos chamar de ética da intersubjetividade – é uma ação política. Requer retomar a noção de “cuidado”, para que possamos fortalecer aquilo que, para nós, em psicologia social, é fundamental; não mais unidirecional no sentido de “cuidar do outro”, mas como espaços de reflexão que propiciem o fortalecimento das habilidades de cuidarmos de nós mesmos (coletivos) em termos de uma política de existência. (Spink & Spink, 2014, p. 143, grifo dos autores)

A partir das trocas coletivas, as narrativas das mulheres exprimiram transformações em seus sentimentos, suas relações, suas vidas. Esse movimento construtivo envolveu a criação de sentidos sobre os mais diversos aspectos que compõem suas existências permeadas por violências, inclusive sobre ferramentas alternativas para lidar com tal fenômeno.

Cada mulher, dentro de suas particularidades (econômicas, sociais, familiares, emocionais, religiosas, etc.), foi desenhando movimentos para além das bordas do lugar sombrio. As vivências e reflexões desenvolvidas no espaço grupal não visaram indicar uma direção única e estratégias universais para superar as situações de violência que vivem ou as marcas do que viveram, mas, sim, a partir do compartilhamento das experiências, das trocas afetivas, das ressonâncias ali criadas, tornar possível posicionamentos outros, resistências e existências singulares.

Suas expressões indicaram o efeito potente do Grupo em suas vidas. Contudo, não podemos incorrer no risco de olhar para a inserção delas neste espaço como uma cisão quanto as suas vivências anteriores ou atuais marcadas pela violência doméstica. Em muitos casos, esse fenômeno torna a acontecer nestas ou em outras de suas relações, ou então se estabelecem reedições de sentimentos sobre o que viveram. O processo de fortalecimento pessoal, a criação de estratégias de enfrentamento à violência, a (re)construção de vínculos interpessoais não ocorreram numa perspectiva linear, mas sim no interjogo destes movimentos de suas vidas.

Foi neste trilhar dinâmico que o Grupo pôde se desenvolver como espaço não apenas de orientação e acolhida, como inicialmente se propôs, mas também de afetação mútua, de criação e experimentação de novas formas de vida e de sociabilidade. Embora sintam e vivam inúmeros efeitos das violências, elas nos revelaram que são vidas que importam, compostas sim por marcas de sofrimentos, mas também por componentes potenciais.

Há na vida destas mulheres um lado avesso à dor. O confinamento não é o único lugar possível para (sobre)viver. Perspectivas de transformação aparecem e/ou indicam algumas direções possíveis para começar a caminhar de outros modos. Planos soterrados ou perdidos no passado sinalizam que podem ser restabelecidos. (Des)caminhos podem, pois, ser construídos.

Referências

- Barin, C. R.** (2016). *Violência doméstica contra a mulher: Programas de Intervenção com Agressores e sua eficácia como resposta penal*. Curitiba: Editora Juruá.
- Butler, J.** (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Camargo-Borges, C.** (2014). Em busca de uma formação integral e ampliada: construindo práticas colaborativas para o cuidado em saúde. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster, & L. V. Souza (Orgs.), *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 341-357). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Chauí, M.** (1998). Ética y violencia. *Teoría y Debate*, 99, 31-43.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** (1988). Dos princípios fundamentais e outras demandas. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Cordeiro, E. S.** (2014). *Violência contra a mulher é crime! A Lei Maria da Penha e um Trabalho de Grupo com Agressores*. Curitiba: Juruá Editora.
- Fernandes, I.** (2002). A dialética dos grupos e das relações cotidianas. In G. T. D. Guimarães (Org.), *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva* (pp. 37-59). Porto Alegre: ED-IPUCRS.
- Fonseca, P. M. & Lucas, T. N. S.** (2006). *Violência doméstica contra a mulher e as suas consequências psicológicas*. Trabalho de Conclusão de Curso, Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências Salvador, Bahia. Recuperado de <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>.
- Guanaes-Lorenzi, C.** (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social*. São Paulo: Vetor.
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** (2006). Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Presidência da República.
- Marchi-Costa, M. I., Diflora, M. C., Marchi-Souza, M., Redondo, R. C., Negrão, D. P. & Soubhie, D. C. L.** (2013). Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: o construcionismo social como uma possibilidade integradora. *Mimesis*, 34(1), 91-114.
- Menegon, V. M.** (2013). Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 188-214). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Morgado, R.** (2011). Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (3a ed., pp. 253-282). Rio de Janeiro: Editora Nau.
- Odalía, N.** (2012). *O que é violência* (6a ed.). São Paulo: Brasiliense.

- Pedrosa, C. M. & Brigagão, J. I. M.** (2014). Mulheres em movimento: grupos como dispositivos de ação coletiva. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster, & L. V. Souza (Orgs.), *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 217-230). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Souza, L. V., Oliveira, C. C. B., Silva, M. R., Andrade, L. C. S., & Martins, M. A.** (2014). Construção de uma prática grupal em uma unidade básica de saúde. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster, & L. V. Souza (Orgs.), *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 187-216). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Spink, M. J.** (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. & Medrado, B.** (2013). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 22-41). Rio de Janeiro: Centro Edelstein Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. P. & Spink, P. K.** (2014). Produzir conhecimento não é um ato banal: um olhar (pós)-construcionista sobre ética na pesquisa. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster, & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 133-149). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Zimerman, D. E.** (1997). Fundamentos teóricos. In D. E. Zimerman & L. C. Osório (Orgs.), *Como trabalhamos com grupos* (pp. 23-32). Porto alegre: Artmed.

ALINE DANIELE HOEPERS

<http://orcid.org/0000-0002-8289-5308>

É graduada em Psicologia, mestre em Psicologia e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, PR. Atualmente, é docente no curso de graduação em Psicologia do Grupo Universidade Brasil – Faculdade de Presidente Prudente, SP.

Endereço: Av. Colombo, 5790, Bloco 10, Zona 7, Maringá-PR, CEP 87020-900.

E-mail: alinedanielehoepers@hotmail.com

EDUARDO AUGUSTO TOMANIK

<http://orcid.org/0000-0003-0911-5595>

É licenciado e bacharel em Psicologia, mestre em Psicologia Comunitária e doutor em Psicologia Social. Atualmente, é professor voluntário no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, PR (Mestrado e Doutorado). Bolsista Sênior pela Fundação Araucária.

Histórico	Submissão: 20/09/2018 Revisão: 21/02/2019 Aceite: 06/03/2019
Contribuição dos autores	Concepção: A. D. H.; E. A. T. Coleta de dados: A. D. H. Análise de dados: A. D. H.; E. A. T. Elaboração do manuscrito: A. D. H.; E. A. T. Crítico revisões de conteúdo intelectual importante: E.A.T. Aprovação final do manuscrito: A. D. H.; E. A. T.
Financiamento	Não houve
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica